

Ana Lúcia Cunha Fernandes¹

Movimento estudantil no Rio de Janeiro nos Anos 60: educação, política e cultura na Faculdade Nacional de Filosofia²

R E S U M O

O artigo aborda o movimento estudantil na cidade do Rio de Janeiro nos anos 60 a partir da actuação dos estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia, da antiga Universidade do Brasil (actual Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Criada em 1939 como modelo padrão do projecto universitário do Estado Novo brasileiro, acabou por ser responsável pela formação de numerosos cientistas e professores progressistas e um expressivo foco da contestação estudantil no período estudado. Num arco temporal que vai do final dos anos 50 até o ano de 1968, o texto apresenta as actividades dos estudantes no interior da instituição, bem como suas acções políticas e culturais no contexto local, buscando explicitar duas teses: de como a actuação dos estudantes (de)marcou o perfil da instituição e de como a actuação dos estudantes foi marcada pela valorização da cultura como terreno privilegiado de acção.

PALAVRAS-CHAVE: movimento estudantil; ensino superior; Faculdade Nacional de Filosofia; Universidade do Brasil.

A B S T R A C T

The article discusses the student movement in the city of Rio de Janeiro in the 60s and its performance in the Faculdade Nacional de Filosofia (National Faculty of Philosophy), of the former University of Brazil (now Federal University of Rio de Janeiro). Built in 1939 as a model of the university project of the Estado Novo in Brazil, the Faculdade Nacional de Filosofia was responsible for the formation of numerous scientists and progressive teachers and a significant focus of student protest in the period studied. In a time period from the late '50s until the year 1968, the text presents the activities of students within the institution and its political and cultural activities in the local context, and intends to expose two theses: how the performance of the students marked the profile of the institution and how the performance of the students was marked by the appreciation of culture as a privileged terrain of action.

Introdução

A cidade do Rio de Janeiro não constituiu excepção à vaga de contestação estudantil que “varreu” algumas cidades do mundo ocidental nos agitados anos 60 do século XX e particularmente uma instituição, a Faculdade Nacional de Filosofia (FNF³), da antiga Universidade do Brasil (actual Universidade Federal do Rio de Janeiro), representou um dos principais pontos de referência do movimento estudantil naquela cidade no período em tela. Este texto se propõe a apresentar alguns aspectos desse movimento a partir da actuação específica dos estudantes da FNF. Como se procurará mostrar, na acção dos estudantes estiveram presentes

¹ Investigadora Auxiliar do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

² Este artigo é um extracto da dissertação de mestrado *A representação e a participação estudantil na Faculdade Nacional de Filosofia na década de 60*, defendida na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1996.

³ O termo “FNF” (éfe-ene-fi) não corresponde à sigla formal da instituição, mas sim ao acrónimo pelo qual era tratada pelos estudantes e que, tendo se disseminado, passou a designá-la.

duas dimensões: uma internacional, com a partilha de alguns dos referentes do movimento que marcaria o mundo universitário (e não só) e que ficaria conhecido como o *Maio de 68*, e outra nacional e também local, formada pelas questões sócio-históricas específicas do espaço-tempo do Brasil e do Rio de Janeiro dos anos 60.

Sobre a FNFi, importa referir que, criada em 1939, em pleno período político autoritário, acabou por se tornar uma instituição *sui generis*: responsável pela formação de numerosos cientistas e professores progressistas e um expressivo foco da contestação estudantil no período aqui referido, a despeito de sua vocação de modelo padrão do projecto universitário do Estado Novo brasileiro.

Este trabalho privilegia um eixo temporal em que se destacam três momentos: o final dos anos 50 e os primeiros anos da década de 60, os anos entre 1964 e 1967 e o ano de 1968. Procura igualmente explicitar duas teses relativas ao eixo temporal mencionado: a primeira, *de como a actuação dos estudantes (de)marcou o perfil da instituição* e a segunda, *de como a actuação dos estudantes foi marcada pela valorização da cultura como terreno privilegiado de acção*.

Dizer que *a actuação dos estudantes (de)marcou o perfil da instituição* significa afirmar que a projecção da instituição no cenário político-cultural da cidade do Rio de Janeiro deveu-se sobretudo às iniciativas dos estudantes que imprimiram uma marca profunda de actuação. Para consubstanciar essa tese, serão vistos alguns aspectos das lutas dos estudantes nos três momentos assinalados. Contudo, para melhor se compreender a dimensão da actuação dos estudantes, importa perceber a FNFi no seu contexto de criação, como parte de um projecto universitário maior, em consonância com o projecto político dos grupos que assumiram o poder com a Revolução de 1930⁴.

A Faculdade Nacional de Filosofia

Antecedentes. No contexto político imediatamente posterior a 1930, dada a natureza das transformações pelas quais passava a sociedade brasileira e dos conflitos entre os seus diversos sectores e grupos sociais, são intensos os movimentos de mobilização em torno de medidas representativas dos grupos em disputa⁵. Tal embate propiciou o desenvolvimento de dois projectos educacionais opostos. Um, autoritário, prevalecente na esfera do poder central e com iniciativas de organização do ensino com vista à centralização, no qual a FNFi tem papel de destaque, e outro, o dos liberais, predominante no Estado de São Paulo e no Distrito Federal⁶, que, entre outras iniciativas, promoveu a criação da Universidade de São Paulo (USP)⁷, em 1934, e a Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935. Esta última,

⁴ Movimento armado que por meio de um golpe de estado desencadeado em Outubro de 1930 depôs o presidente da república Washington Luís e impediu a posse do novo presidente eleito, Júlio Prestes. Getúlio Vargas assumiu a chefia do *Governo Provisório* em Novembro de 1930, pondo fim ao período conhecido como República Velha ou Primeira República (1889-1930). Sobre o tema, ver, entre outros, Boris Fausto, *A Revolução de 1930: historiografia e história* (12^a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1994).

⁵ Sobre essa disputa, ver Luiz Antonio Cunha, *A universidade temporã* (Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980) e Carlos Jamil Cury, *Ideologia e educação brasileira, católicos e liberais* (São Paulo: Cortez, 1984).

⁶ O Distrito Federal é uma das unidades federativas do Brasil, onde se localiza a capital federal, Brasília, fundada em 21 de abril de 1960. Antes desse ano, o Distrito Federal situava-se na cidade do Rio de Janeiro, sede da capital federal depois da cidade de Salvador, sede da administração colonial até 1763.

⁷ Sobre a criação da USP, ver Fernando de Azevedo, *A educação entre dois mundos – problemas, perspectivas e orientações* (1^o vol, São Paulo: Melhoramentos, 1958).

em virtude de significar uma experiência inovadora e democrática e por ter sido Anísio Teixeira, seu criador, alvo de constantes perseguições por parte de seus opositores, foi extinta em Janeiro de 1939⁸, sendo seus cursos transferidos para a Universidade do Brasil, e em especial para a FNFi, cuja organização viria a ser definida em Abril do mesmo ano.

Projecto governamental e educação superior. O Governo Provisório que assumiu o poder central logo após a Revolução de 1930 procurou estruturar e organizar o sector administrativo, criando, para tanto, conselhos, departamentos, instituições e ministérios. É dessa época a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), ainda em 1930, por exemplo. O novo ordenamento no plano administrativo apontava para uma crescente centralização do processo decisório, que teria sua expressão máxima no período do Estado Novo (1937-1945).

Durante o período que vai de 1930 até o início do Estado Novo, observa-se uma crescente preocupação dos sectores que assumiram o poder em homogeneizar as iniciativas educacionais e em criar normas para orientar os rumos da educação segundo seus interesses, ainda em fase de consolidação política. Para tal, adoptam-se medidas como: a introdução do ensino religioso facultativo nas escolas públicas; a reforma do ensino secundário e comercial; a criação do Conselho Nacional de Educação e a reforma do ensino superior com a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras e a reorganização da Universidade do Rio de Janeiro.

A FNFi tem origem no Projecto de Reforma do Ensino Superior do ministro Francisco Campos⁹, no qual é proposta a criação de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Segundo ele, caberia àquela instituição imprimir, ao conjunto de Institutos reunidos em Universidade,

o carácter propriamente universitário, permitindo que a vida universitária transcenda os limites do interesse puramente profissional, abrangendo, em todos os seus aspectos, os altos e autênticos valores de cultura, que à Universidade conferem o carácter e atributo que a definem e individualizam¹⁰.

Importa ressaltar o sentido do carácter especial e misto: com funções culturais e papel utilitário e prático. Esse carácter seria resultado directo da observação do estado de cultura da sociedade e dos defeitos e vícios do ensino. O papel utilitário e prático seria dado pela “ação imediata sobre o nosso estado de cultura” e sobre os pontos deficientes do ensino superior e secundário relativos à formação de professores. Na concepção de Campos, a nova instituição, além de ser um “órgão de alta cultura”, de “ciência pura e desinteressada”, deveria ser também, no mais alto grau, um Instituto de Educação. Há de se notar no projecto daquele ministro o papel relevante atribuído à formação de professores, principalmente para o ensino normal e secundário, no desenvolvimento da cultura nacional. Segundo ele, um dos

⁸ Sobre a vida e a extinção dessa instituição, ver Antonio Paim, *A UDF e a idéia de universidade* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981).

⁹ O Projecto, sancionado em 11 de Abril de 1931, é dividido em três partes: uma que cria o Conselho Nacional de Educação e define suas atribuições (Decreto nº 19.850), outra relativa à organização das universidades brasileiras, que vem a ser justamente o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851), e a terceira referente à reorganização da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto nº 19.852), que havia sido criada em 1920.

¹⁰ Francisco Campos, Exposição de motivos. Reforma do ensino superior. *Diário Oficial da União*, 15 de Abril de 1931.

defeitos do ensino no Brasil de então era o autodidactismo dos professores, daí a necessidade, então premente, de dotar o ensino de uma instituição que suprisse o corpo docente (principalmente o do ensino secundário) de uma “orientação didáctica segura e com sólidos fundamentos em uma tradição de cultura, particularmente no que se refere às ciências básicas e fundamentais”¹¹. Todavia, o projecto de criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras não chegou a ser concretizado de imediato no plano federal. Assim, a formação de professores secundários continuou a existir, sem que houvesse uma instituição específica no plano federal para empreendê-la, até 1939, quando alguns desses ideais foram concretizados através da criação da FNFi.

A institucionalização da FNFi. Em 1934, Gustavo Capanema assume o Ministério de Educação e Saúde Pública e dá continuidade às directrizes do projecto educacional do Governo Central, iniciado pelo ministro anterior. Campos e Capanema estiveram entre os principais ideólogos da política educacional do Governo de Getúlio Vargas e sob a gestão desses ministros o Estado atribuiu-se o papel de tutor da Nação, visando sanar os desvios da sociedade, atribuindo à educação a função de modelar consciências, estando ela de acordo, claro está, com os interesses nacionais preconizados pelo grupo que estava no poder¹².

Em 1935, ao elaborar o Plano de Reorganização do Ministério de Educação e Saúde Pública, Capanema apresenta, na exposição de motivos que o acompanha, as linhas gerais do que, no seu entender, deveria ser a universidade, demonstrando o grande papel que ele atribuía ao projecto universitário, com certeza o mais ambicioso segmento de seu projecto educacional, cuja função seria decisiva para a formação de uma elite intelectual no Brasil. Para ele, só com verdadeiras elites se resolveria, não somente o problema do ensino primário, mas o da mobilização de elementos capazes de movimentar, desenvolver, dirigir e aperfeiçoar todo o mecanismo de civilização. Para tanto, a universidade deveria ser um activo centro de pesquisas, o que teoricamente a faria proporcionar a seus frequentadores uma formação universal do mais alto nível. Por outro lado, essa mesma universidade deveria se constituir em um instrumento do ideário Estado-novista, a fim de formar uma elite com base nas tradições e princípios nacionalistas.

O núcleo desse projecto grandioso deveria ser a Universidade do Brasil (assim denominada por ele no Plano de Reorganização do MESP), na verdade uma continuação da Universidade do Rio de Janeiro. Esta Universidade, instituída em 1920 apenas como uma reunião das então escolas superiores da cidade, passaria por uma reestruturação em 1931, com a Reforma Campos, que procurou dar-lhe um carácter integrado através do projecto de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras, que entretanto não chegou a se concretizar.

A Universidade do Rio de Janeiro passaria por uma nova reestruturação em 1937, através da Lei nº 452, de 5 de Julho, denominando-se, então, Universidade do Brasil. A nova universidade teria como um de seus principais objectivos implantar em todo o país um padrão nacional e único de ensino superior. De acordo com essa Lei, processa-se a instalação da Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, cuja organização definitiva se dá pelo Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de Abril de 1939, quando passa a ser denominada Faculdade Nacional de Filosofia.

¹¹ Ibidem.

¹² Sobre a trajectória de Gustavo Capanema e seu papel na consolidação do projecto educacional do Estado Novo, consultar Simon Schwartzman et al., *Tempos de Capanema* (Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da USP, 1984).

Na exposição de motivos, datada de 27 de Março de 1939, Capanema insiste em ser a organização daquela instituição “um dos mais seguros e decisivos passos, tentados em nosso país, para o fim de dar à educação e à cultura nacionais solidez e elevação”¹³. Aponta ainda o benefício do novo centro intelectual para o ensino secundário como instituição federal padrão destinada à preparação do magistério desse nível de ensino, salientando que a partir de 1943 não mais poderia ser admitido como professor secundário aquele que não tivesse passado pela FNFfi ou por outro estabelecimento congêner reconhecido, assinalando que isso concorreria para a melhoria do ensino primário. Enfatiza também que a FNFfi poderia contribuir de maneira decisiva para aumentar e aprofundar a cultura nacional no terreno filosófico, científico e literário. E termina afirmando que a Faculdade, “dentro da Universidade do Brasil, um grande centro de estudos, processados com disciplina e vigor, em todos os domínios da cultura intelectual pura, há-de ser, pelos tempos afora, a grande força de animação, de enriquecimento e de orientação de nossos trabalhadores intelectuais”¹⁴.

Assim, a FNFfi, ao ser criada, tem como finalidades: preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas actividades culturais de ordem desinteressada ou técnica; preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal e realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, constituidores de objecto do seu ensino. Sua organização compreendia quatro secções fundamentais: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia, mantendo onze cursos estruturados em três séries mais uma – um curso especial de didáctica. Os cursos oferecidos eram: matemática, física, química, história natural, geografia e história, ciências sociais, letras clássicas, letras neolatinas, letras anglo-germânicas, filosofia e pedagogia¹⁵.

O período de 1939 a 1945 se caracteriza pela preocupação em consolidar a implantação da Faculdade. Em 1942 instalam-se os laboratórios de química, biologia, física e os museus especializados de mineralogia, zoologia e antropologia. Gradativamente introduzem-se diversas práticas requeridas pelo trabalho científico: na secção de ciências, a pesquisa de campo e o trabalho de laboratório passam a ser componentes obrigatórios; no curso de história natural, são implantadas linhas de investigação em biologia, zoologia e botânica¹⁶.

O movimento estudantil nos anos 60: educação, política e cultura na FNFfi

A actuação dos estudantes, denominada genericamente de movimento estudantil, na cena educacional e política brasileira já despertou merecida atenção de historiadores, intelectuais e investigadores¹⁷. Alguns dos trabalhos produzidos evidenciam a associação entre a actuação dos estudantes na primeira metade da década de 60 e o contexto de profundas

¹³ Gustavo Capanema, Exposição de motivos. *Decreto-Lei no 1.190*, 27 de Março de 1939.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ Régis Bittencourt, “Breve histórico da Universidade do Brasil e da Faculdade Nacional de Filosofia” in *Digesto da Faculdade Nacional de Filosofia* (Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1955).

¹⁶ Para uma visão mais aprofundada sobre a FNFfi, consultar as publicações do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade – PROEDES- FE/UFRJ, especialmente, Maria de Lourdes Fávero et al., *Série Faculdade Nacional de Filosofia* (4 vol, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/INEP, 1989).

¹⁷ Ver especialmente: Artur José Poerner, *O poder jovem* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968); História da UNE (vol I) (São Paulo: Editorial Livramento, 1980); José Luís Sanfelice, *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64* (São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1986); João Roberto Martins Filho, *Movimento estudantil e ditadura militar* (Campinas: Papyrus, 1987); Daniel Aarão Reis Filho, *1968: a paixão de uma utopia* (Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988) e Zuenir Ventura, *1968: o ano que não terminou* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988), entre outros.

discussões sobre as Reformas de Base que marcaram o período do governo de João Goulart (1961-1964), cujas raízes podem ser encontradas já no final dos anos 50, em que estavam em evidência grandes questões nacionais, num movimento de agitação cultural, de participação democrática e de debate sobre temas cruciais para a vida nacional. Os estudantes se juntavam às discussões empreendidas por outros sectores da sociedade em torno das reformas estruturais da sociedade: Reforma Agrária, Reforma do Sistema Eleitoral, Reforma Urbana, Reforma Universitária etc.

Na segunda metade dos anos 50 e início da década de 60, o país passava por um momento decisivo: o desígnio de um Brasil fortalecido e que avançava a passos largos em direcção ao estágio das nações mais desenvolvidas ganhava cariz de realidade, por exemplo, no projecto de construção de Brasília (inaugurada em 1961), na implantação da indústria automobilística e no arrojado dos planos governamentais, que fariam o país caminhar cinquenta anos em cinco, como afirmava o *slogan* do governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1960).

No campo da cultura, havia uma significativa produção vinculada à problemática do desenvolvimento e do nacionalismo. Em 1955, por exemplo, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) reunia intelectuais empenhados na interpretação do Brasil e na formação de uma consciência nacional capaz de empreender o amadurecimento económico, social e político do país. Na música popular, assistia-se ao surgimento da Bossa Nova e, na área teatral, novas experiências surgiam, como o Teatro de Arena e o Oficina, que, ao longo da década de 60, desempenhariam um papel crítico e renovador. Passava-se, em suma, por um momento estimulante e propício à articulação de uma produção cultural brasileira, capaz de responder em suas diversas áreas ao projecto nacional de desenvolvimento.

Tal ambiente de efervescência sócio-político-cultural também encontrava eco na Faculdade Nacional de Filosofia. Apontada por ex-professores e ex-alunos como uma “mini-universidade” devido ao facto de reunir diferentes cursos e isto proporcionar uma convivência enriquecedora, a FNFi é vista também, na história da educação superior brasileira, como uma das principais instituições de ensino responsáveis pela formação intelectual de inúmeros cientistas e professores durante quase três décadas (1939-1968) e como um espaço de produção de conhecimento e de cultura. Significou uma experiência singular, pois, a despeito da sua vocação como instituição padrão autoritária presente no seu projecto de criação, acabou por dar ensejo a iniciativas democráticas e de envolvimento político ao longo da sua existência. Para essa trajectória terá contribuído o facto de alguns dos mais importantes intelectuais brasileiros nela terem actuado, professores das mais diversas áreas tais como Maria Yedda Linhares e Eulália Lobo (História), Josué de Castro (Geografia), Maria Laura Mouzinho Leite Lopes, (Matemática), Athos da Silveira Ramos (Química), António Lagden Cavalcanti (História Natural) e José Leite Lopes, Joaquim Costa Ribeiro e Cesar Lattes (Física), entre outros.

Todavia, o que se quer destacar (e retomando a primeira das teses apresentadas) é que a importância da Faculdade deveu-se também em grande medida à actuação de seus estudantes como força política presente na trajectória da instituição. O carácter de acção política no interior da FNFi e mesmo fora dela deveu-se nomeadamente às iniciativas dos estudantes que imprimiram uma marca profunda de actuação político-cultural constante e sistemática durante o final dos anos 50 e início dos anos 60, a despeito da legislação que limitava as funções do Directório Académico (DA), órgão formal de representação dos estudantes no âmbito da FNFi, a iniciativas meramente burocráticas e assistenciais e apesar das diversas tentativas por parte da direcção da instituição em impedir as acções do Directório.

As considerações aqui apresentadas têm como base de sustentação a análise da documentação referente ao Directório Académico da FNFi e as informações recolhidas nas entrevistas realizadas com ex-alunos da instituição. O trabalho de investigação incidiu sobre a documentação que se encontra no Arquivo da Faculdade Nacional de Filosofia, localizado no Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES) vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FE/UFRJ). Foram analisados cerca de quatro mil documentos, tais como: Actas da Congregação e do Conselho Departamental, de 1958 a 1968, bem como ofícios e portarias da FNFi; relatórios e ofícios do Directório Académico, jornais produzidos pelos alunos, material de campanhas eleitorais para a direcção do Directório, manifestos, panfletos, boletins etc. As entrevistas contemplaram ex-alunos que estiveram à frente da direcção do Directório Académico ou que tiveram uma actuação significativa no movimento estudantil em diferentes momentos entre os anos de 1959 e 1968¹⁸.

Educação e política. Relativamente às discussões ideológicas, alguns dos entrevistados mencionaram que o movimento estudantil na FNFi vivia, na passagem da década de 50 para a de 60, uma certa polarização das posições políticas, à semelhança do que ocorria na conjuntura nacional, em que “A sociedade tendia a se polarizar entre os que se colocavam a favor do objetivo revolucionário empenhando-se em tornar realidade a tendência em curso e aqueles que se colocavam contra, procurando preservar a ordem vigente e se utilizando de todos os recursos disponíveis para frustrar os intentos transformadores”¹⁹.

Alberto Passos Guimarães Filho destaca que a esquerda que actuava no movimento estudantil, embora ainda carregada de sectarismos e intolerâncias com relação a outros grupos, tinha uma preocupação em ampliar as forças que poderiam compor alianças no sentido de transformar a universidade e a sociedade. Do outro lado do espectro político estavam os estudantes da Juventude Universitária Católica (JUC) que, naquela época, eram os adversários usuais da esquerda estudantil. Também Lauro Tinoco mencionou uma polarização política entre os estudantes do Partido Comunista (PCB) e os outros, não comunistas, cuja força era representada pela JUC²⁰.

¹⁸ **Alberto Passos Guimarães Filho:** aluno do Curso de Física entre 1959 e 1962, permaneceu na FNFi como professor algum tempo depois. **Lauro Tinoco:** cursou Letras Neo-Latinas entre 1960 e 1963, tendo participado, como Director de Assistência, da gestão do Directório de 1960/61, cujo presidente era José Augusto Guilhon Albuquerque. Depois, na gestão de 1961/62, foi primeiro-vice da gestão encabeçada por Carlos Costa Ribeiro. **Maisa dos Reis Quaresma:** cursou História entre 1960 e 1964. Participou da gestão de 1960/61, coordenando eventos e actividades promovidos pelo Directório. **Jair Rosa Duarte:** entrou para o Curso de História Natural em 1961. **Aluizio Trinta:** ingressou na FNFi em 1962, formando-se em 1965 em Português e Literatura Portuguesa. **Rachel Teixeira Valença:** passou a frequentar a Faculdade a partir de 1962, como aluna do Curso Pré-vestibular e cursou Português-Literatura em 1963/64, quando foi expulsa, juntamente com outros 15 alunos. Fez parte da gestão de 1963/64, cujo presidente era Sérgio Campos, como secretária geral. **Helena Ibiapina:** cursou Pedagogia nos anos de 1967 e 1968.

¹⁹ Dermeval Saviani, “Prefácio” in Álvaro Vieira Pinto, *A questão da universidade* (2ª ed., São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1986).

²⁰ Importa referir que o contexto aqui mencionado caracterizava-se por uma acentuada turbulência política e por grandes embates político-ideológicos que opunham não apenas sectores conservadores e progressistas, mas que também provocavam rupturas no interior dos sectores mais à esquerda do espectro político de então, ocasionando a existência de diversas forças políticas. Não foi objectivo deste estudo analisar profunda e exaustivamente as forças políticas que actuaram junto ao Directório Académico, assim como não pareceu pertinente expor uma análise pormenorizada dos embates no seio das organizações de esquerda que promoveram as iniciativas de educação e cultura mencionadas no item apresentado a seguir.

No âmbito específico da Faculdade, havia iniciativas como a publicação de uma Revista, no Departamento de História, mantida pelo esforço dos estudantes, tribuna aberta para intelectuais e investigadores de várias correntes, bem como a realização de palestras, conferências, ciclos de debates sobre questões relevantes da conjuntura, além de actividades nos diversos ramos da cultura. O Directório Académico também era responsável pelo curso pré-vestibular, no qual leccionavam os próprios estudantes do 3º ou 4º ano, seleccionados entre os melhores alunos. As apostilas (sebentas) também eram produzidas pelo DA e distribuídas gratuitamente. O Directório era igualmente responsável pelo restaurante e mantinha uma livraria, que vendia os livros pedidos nas disciplinas a preços mais baixos e de forma parcelada.

Também foi mencionado pelos entrevistados que, ao lado de bandeiras de luta eminentemente educacionais como melhores condições de trabalho e estudo para professores e alunos, criação de laboratórios e regime de tempo integral para os professores e a extinção das cátedras vitalícias, havia posicionamentos em torno de questões políticas, sobre as quais os estudantes exerciam uma acção relevante, pois o movimento estudantil tinha uma forte presença física no centro da cidade do Rio de Janeiro, o que lhe conferia uma grande visibilidade.

Em 1961, por exemplo, com a renúncia do presidente Jânio Quadros, de acordo com o relato de Lauro Tinoco, os estudantes tiveram papel destacado na luta pela posse do vice-presidente João Goulart, distribuindo panfletos que criticavam a Junta Militar, fazendo comícios-relâmpagos, etc. Durante esse episódio a Nacional de Filosofia foi interdita e cercada por tropas da Polícia Militar e da Aeronáutica. Apesar disso, o Departamento de Imprensa do Directório Académico continuou a funcionar, onde alguns estudantes, por cerca de quatro dias, imprimiram material de apoio à Constituição e posse do vice, material que saía pela porta dos fundos e era distribuído em pontos estratégicos de grande concentração popular, como a estação de comboios Central do Brasil, a Avenida Presidente Vargas, entre outros.

Durante o ano de 1963, o Directório foi procurado por múltiplas razões: desde realizar palestras e ciclos de debates até intervir em problemas como o desalojamento de moradores oriundos das então denominadas favelas, pela Secretaria de Habitação do governo de Carlos Lacerda, demonstrando a ligação do DA da FNFi com os movimentos populares.

Contudo, a actuação de cariz mais político sofria limitações por parte da Direcção da Faculdade. Um episódio ocorrido em fins de 1963, narrado por Raquel Valença, e que ocasionou trágicas consequências no ano seguinte, ilustra essa dimensão. O Centro de Estudos Filosóficos (CEF) havia programado um ciclo de palestras e o Director vetara vários conferencistas. A discussão deu-se, então, em termos de até que ponto o Director podia proibir algo programado pelos estudantes. A directoria do CEF resolveu realizar o ciclo mesmo com a proibição do Director. Isto causou a dez estudantes uma suspensão por trinta dias na época das provas finais. E foi exactamente essa lista de suspensos que mais adiante foi ressuscitada e usada para provocar a expulsão de alunos da Faculdade em 1964. A alegação era que aqueles alunos haviam sido suspensos e por isso eram subversivos, ocasionando o afastamento inclusive de pessoas que não tinham grande participação, mas que eram da directoria do Centro de Estudos. A expulsão de alunos em 1964 ocorreu em dois momentos: a primeira lista afastou parte da vanguarda do movimento estudantil da FNFi e a segunda atingiu as pessoas que eram da lista da suspensão.

Tal episódio pôde ser melhor entendido ao confrontar a descrição dos entrevistados com os documentos da FNFi. Nesse sentido, especialmente dois documentos, além de registos

encontrados sobre o assunto nas Actas da Congregação, vieram enriquecer, com detalhes, o episódio. São eles: a Portaria 71, de 17 de Outubro de 1963, em que o Director determina o afastamento temporário de quinze alunos, enumerando as razões de seu acto e a *Carta dos 15 da FNFi aos estudantes*, de 22 de Outubro, na qual os envolvidos protestam contra a determinação do Director e expõem suas reais motivações: repressão à luta dos estudantes pela participação dos alunos e professores não catedráticos no encaminhamento das eleições para a nova direcção da Faculdade.

Por outro lado (e aqui retoma-se a segunda das teses apresentadas), a actuação dos estudantes era marcada pela valorização da cultura como terreno privilegiado de acção, levando a um incremento das actividades científicas e académicas de iniciativa dos alunos no interior da Faculdade e também a um grande envolvimento nas actividades político-culturais no âmbito da sociedade. Essa experiência democrática foi muito influenciada por pensadores e filósofos preocupados com a cultura e com a liberdade do indivíduo. Entre os estudantes, lia-se muito Lukács e Sartre, por exemplo. Havia uma preocupação com a transformação social, e também, com uma actuação no interior da cultura, como o envolvimento em entidades preocupadas com a promoção da cultura e da educação populares, aspectos vistos a seguir.

Cultura e Educação Popular. Em meio à efervescência político-cultural dos primeiros anos da década de 60, foram criadas diversas organizações que trabalharam com a promoção da cultura e da educação populares, bem como com a alfabetização e a consciencialização da população sobre a realidade dos problemas nacionais. Os Centros Populares de Cultura (CPCs), os Movimentos de Cultura Popular (MCPs) e o Movimento de Educação de Base (MEB) foram os grandes protagonistas das acções de várias tendências e grupos de esquerda preocupados com a problemática cultural das classes menos favorecidas.

A mobilização, nos anos 60, em torno da promoção da cultura popular prendia-se às preocupações de algumas camadas sociais em promover a emergência das massas na participação política do país. Grupos de diversos matizes políticos como aqueles que se reivindicavam como marxistas, ou da esquerda cristã, social-democratas e até liberais progressistas davam vida a essas várias entidades que, imbuídas de um certo pendor nacionalista, procuravam resgatar a cultura *do povo*. Além disso, a frustração gerada nos grupos de esquerda e principalmente no movimento estudantil com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (que fortalecia a iniciativa particular), em 1961, abalou as forças progressistas mais directamente ligadas à educação. Os estudantes universitários lançavam-se nas campanhas de educação popular, desencantados com as reduzidas possibilidades, decorrentes da nova Lei, da escola pública desempenhar um papel progressista na resolução dos problemas nacionais.

Os Centros Populares de Cultura (CPCs) nasciam em 1961, através da União Nacional dos Estudantes (UNE), e funcionavam com o intuito de levar teatro, cinema, artes e literatura ao povo, sendo que alguns deles também se dedicaram à alfabetização. Como os CPCs, os Movimentos de Cultura Popular (MCPs) também se multiplicaram por todo o país. Tanto uns quanto os outros receberam influência da esquerda cristã, contudo, somente o Movimento de Educação de Base (MEB) esteve ligado directamente à Igreja. Vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e mantido pelo governo federal, o MEB iniciou seus trabalhos de alfabetização em 1961 e deveria se dedicar a alfabetizar as populações da Zona Rural. À medida que o pensamento social-cristão se reformulou, o MEB redefiniu sua linha de actuação e tornou-se, junto com os CPCs e os MCPs, um amplo movimento que visava a transformação das mentalidades em busca de mudanças.

Instituído em Janeiro de 1964, o Programa Nacional de Alfabetização, que previa o desenvolvimento de suas actividades mediante a adopção do método Paulo Freire de alfabetização de adultos, inscrevia-se na mesma linha de preocupações, ou seja, o fortalecimento do Governo através da promoção das denominadas Reformas de Base – entendidas, à época, como indispensáveis à incorporação não revolucionária das massas à nação. A afirmação da necessidade de reformas se estenderia também a outros sectores, como o sistema eleitoral, a organização urbana, o ensino universitário e a educação comum. Ao mesmo tempo em que davam forma aos objectivos da acção do Governo Federal, as reformas estruturais apareciam também como meio de mobilização do apoio indispensável à sua própria realização e, principalmente, como instrumento de incorporação de novos contingentes populares às bases de sustentação política dos grupos que se propunham a realizá-las. O apelo aos estudantes, aos operários, aos empresários, aos intelectuais, através de suas organizações, era frequentemente reiterado nesse momento.

Entretanto, dois anos antes da criação do PNA, a Comissão de Alfabetização da UNE analisava as perspectivas de actuação que se delineavam e definia a Campanha de Alfabetização de Adultos da entidade como “um elo a mais na luta popular, pois daria ao estudante um contacto directo e aprofundado com a realidade brasileira e com ela se enrijeceriam os laços da aliança operário-estudantil-camponesa. À luta contra o subdesenvolvimento, a miséria, a fome, pelas Reformas de Base, que a UNE tomou a si, juntava-se então a humana e política tarefa de restituir ao povo um pouco do privilégio que gozavam os estudantes, a fim de que o povo melhor pudesse lutar contra todos os privilégios”²¹.

No início da década de 60, o Centro Popular de Cultura da UNE tinha um núcleo muito activo na FNF. Contudo, antecedendo a criação do CPC, já existia uma valorização de formas de cultura especificamente brasileiras.

O Directório Académico, sob a gestão de Enylton Sá Rego (1962/63), realizou um ciclo de palestras sobre música popular com Vinícius de Moraes e sambistas como Zé Kétti e Cartola, entre outros. Estes últimos eram artistas que ainda não eram muito conhecidos, mas que depois viriam a ter enorme reconhecimento. Cartola, por exemplo, naquela época, lavador de carros nas ruas de Ipanema, era um compositor que não vivia da actividade musical e mais tarde viria a ser reconhecido como um dos mais importantes sambistas cariocas. Nos anos 50, a classe média tinha descoberto o samba por meio da Bossa Nova. No período entre fins dos anos 50 e início da década de 60 essa descoberta se expandiu e vários autores que antes estavam restritos ao morro (às favelas) foram descobertos e dados a conhecer.

O Cinema Novo. Na passagem dos anos 50 para os 60 também o cinema encontraria um ambiente favorável ao seu florescimento. Nesse período podem ser encontrados os primeiros sinais do movimento que viria a ser conhecido como Cinema Novo, em que o interesse pelo cinema crescia entre os sectores da juventude. Os impasses enfrentados pela iniciante produção cinematográfica eram objecto de vivas discussões atentas às experiências do cinema de autor realizadas na Europa e animadas pelo desejo de se organizar um cinema capaz de se inscrever no processo cultural brasileiro. Nas palavras de Glauber Rocha:

Em 1957-58, eu, Miguel Borges, Cacá Diegues, David Neves, Mário Carneiro, Paulo Saraceni, Leon Hirszman, Marcos Farias e Joaquim Pedro (todos mal saídos da casa dos 20) nos reuníamos em bares de Copacabana e do bairro do Catete para discutir os problemas do cinema brasileiro. Havia uma revolução no teatro, o concretismo

²¹ Celso Beisiegel, *Estado e educação popular* (São Paulo: Pioneira, 1974).

agitava a literatura e as artes plásticas, em arquitectura a cidade de Brasília evidenciava que a inteligência do país não encalhara. E o cinema?(...) O que queríamos? Tudo era confuso. Quando Miguel Borges fez um manifesto, disse que nós queríamos cinema-cinema. Paulo respondeu que aquilo era como a história do menino que pediu ao pai uma bola-bola e o pai ficou sem saber o que era. Deu em briga e o movimento do cinema-cinema entrou pelo cano com muito romantismo.²²

Em 1961, *Couro de gato*, de Joaquim Pedro, reunia-se a *Um favelado*, de Marcos Farias, *Escola de samba e alegria de viver*, de Carlos Diegues, *Zé da cachorra*, de Miguel Borges e *Pedreira de São Diogo*, de Leon Hirszman, para formar *Cinco vezes favela*, um filme patrocinado pelo Centro Popular de Cultura da UNE, uma produção do movimento do Cinema Novo que então ensaiava seus primeiros enquadramentos.

Tal ideia de cinema de autor, que surgira na França como uma forma de romper com a grande produção, introduzindo a figura do idealizador do filme, dono de um estilo e de uma problemática própria, surgia no Brasil vinculada a conotações políticas. Glauber dizia que o cinema de autor era a revolução. E a revolução no cinema brasileiro fazia-se contra o mimetismo dos filmes dominantes de origem estrangeira. O Cinema Novo buscava afirmar uma prática cinematográfica desmistificadora e profundamente envolvida política e culturalmente.

Em artigo publicado no jornal *Perspectiva* – órgão dos alunos da Nacional de Filosofia, em Novembro de 1966, sobre a fundação e os rumos do Cinema Novo, Flávio Moreira da Costa afirmava ter ele nascido naquela instituição. Em 1958/59, Saulo Pereira e um então jovem estudante do curso de Física da Faculdade, Joaquim Pedro de Andrade, animavam o Departamento de Cinema do Directório Académico. Naquele ambiente tumultuado, no bom sentido, destaca ele, planejava-se o filme em episódios dirigidos pelos estudantes Joaquim Pedro (Física), Leon Hirszman (Engenharia), Marcos Farias (Filosofia), Carlos Diegues (Direito da PUC), além de Miguel Borges, que viria a ser o *Cinco vezes favela*. Por fim, ele ressalta a importante actuação do Cineclubes da FNFi, um dos mais activos na promoção das discussões em torno da sétima arte.

1964 – 1967: um duro revés no movimento estudantil

O ano de 1964 é um marco decisivo na trajectória do movimento estudantil no Brasil como um todo e na FNFi em particular: toda a movimentação existente até 1963 é duramente cerceada com o golpe militar. As medidas autoritárias interrompiam um longo processo de discussões e de elaboração de projectos para a resolução dos problemas nacionais. Com o golpe, buscava-se ajustar uma nova ideologia ao modelo económico do Estado brasileiro por meio da supressão, repressão e combate à ideologia nacional-desenvolvimentista, substituindo-a pelo “desenvolvimento com segurança” – a ideologia da Escola Superior de Guerra e, concomitantemente, pela manutenção e incrementação do modelo económico facilitador da actuação do capital estrangeiro no país²³.

As reformas de ensino promovidas no período ditatorial corresponderam a um esforço dos grupos coligados no chamado pacto político autoritário em alinhar o sistema educacio-

²² Heloísa Buarque de Hollanda & Marcos A. Gonçalves, *Cultura e participação nos anos 60* (São Paulo: Brasiliense, 1987).

²³ Sobre o golpe militar de 1964, ver, entre outros, Rene Dreifuss, *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe* (Petrópolis: Vozes, 1987) e Maria Helena Alves, *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)* (Petrópolis: Vozes, 1989).

nal pelo fio condutor daquele modelo de desenvolvimento. Uma vez instaurado o governo Castelo Branco, em Abril de 1964, desencadeou-se a repressão ao movimento estudantil e ao movimento operário. Se, em relação aos políticos, o processo de aniquilamento começou pela cassação dos direitos políticos, em relação aos estudantes e operários, prisões e mortes não foram factos raros. Assim, 1964 significou um marco autoritário na trajectória do movimento estudantil e o desmantelamento das iniciativas político-culturais dos estudantes. Logo após o golpe, as entidades de representação estudantil foram fechadas ou colocadas sob intervenção e seus líderes, suspensos ou exilados²⁴.

Nem por isso, contudo, os estudantes deixaram de se manifestar. Ao contrário, a promulgação da Lei Suplicy de Lacerda (Lei n. 4464, de 9 de Novembro de 1964)²⁵, que tentava destruir a autonomia e a representatividade do movimento e transformar as entidades estudantis em órgãos dependentes do Ministério, assegurando, com isso, novas formas de representação de mais fácil controlo governamental, fez com que o ano de 1965, por exemplo, tenha sido marcado, no contexto do movimento em nível nacional, por greves de repúdio e boicote à Lei, além da rejeição à repressão policial-militar, ao Relatório Atcon²⁶ e aos Acordos MEC-USAID²⁷, principalmente o relativo ao ensino superior, assinado em Junho daquele ano.

Na regulamentação das entidades estudantis, a Lei Suplicy tornava possível a convocação do DNE pelo Ministério de Educação e Cultura, o que foi interpretado pelos estudantes como violação do direito de autonomia da entidade. Tornou obrigatório o voto nas eleições para o DA e proibia qualquer acção, manifestação ou propaganda de carácter político-partidário.

No que se refere especificamente à actuação dos estudantes da FNFi, o Directório Académico veio a sofrer drasticamente com a implantação da ditadura militar, sofrendo as mais repressivas acções, como o seu encerramento e a expulsão, como se viu, de alunos ligados ao Directório. A partir daquele ano, a actuação dos estudantes, mais restrita e cerceada, voltava-se, nos primeiros tempos logo após o golpe, para as questões internas de funcionamento da Universidade. As iniciativas de carácter político-cultural foram extintas e seus participantes sofreram perseguições e punições. Por exemplo, nos relatórios dos Inquéritos Policiais Militares realizados no Programa Nacional de Alfabetização e no Movimento de Cultura Popular, há diversas referências sobre a actuação dos estudantes da FNFi nesses programas.

De acordo com as declarações de Jair Rosa Duarte, no dia do golpe, o prédio da Faculdade foi metralhado, a instituição foi fechada, ocupada e assim permaneceu por alguns dias. Quando os alunos voltaram, os armários tinham sido arrombados pela polícia e vários documentos foram levados. Outro entrevistado, Aluizio Trinta, relatou que os estudantes foram golpeados pelo movimento de 1964 porque a FNFi era um centro de irradiação ideológica de altíssima frequência.

²⁴ Consultar, entre outros, Maria de Lourdes de A. Fávero, *A UNE em tempos de autoritarismo* (Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995).

²⁵ Extinguia a UNE e demais entidades representativas, substituídas pelo Directório Nacional de Estudantes, com sede na Capital Federal; pelos Directórios Estaduais de Estudantes em cada capital de Estado, Território ou DF, onde houvesse mais de um estabelecimento de ensino superior; pelo Directório Central de Estudantes em cada Universidade e pelo Directório Académico em cada estabelecimento de ensino superior.

²⁶ Relatório de Rudolf Atcon, consultor americano que, em 1965, realizara para o Ministério de Educação e Cultura (MEC) um estudo intitulado *Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira*. Sobre o tema, ver Maria de Lourdes de A. Fávero, *Da universidade modernizada à universidade disciplinada: Atcon e Meira Matos* (São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1991).

²⁷ Projectos de assistência técnica para o ensino realizados mediante acordos entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID).

A pouco e pouco, contudo, começou a haver uma nova movimentação, porque, segundo os entrevistados, a repressão era muito desorganizada no início do movimento autoritário. Os estudantes começaram a se articular para tentar reagir. O Directório Académico esteve fechado e houve um refluxo na mobilização, porque muitos estudantes se afastaram, pois havia sucessivas perseguições, mas ainda assim alguns continuavam a agir informalmente.

De 1964 a 1967, a discussão esteve restrita a um número reduzido de pessoas, aquelas que participavam mais activamente do movimento, ao contrário do que acontecia no início da década de 60, quando o movimento estudantil conseguia mobilizar um contingente considerável de estudantes em discussões e mobilizações. A partir de fins de 1967 e início de 1968, com a projecção das notícias sobre os movimentos estudantis internacionais, a discussão se ampliou. Um número maior de alunos passou a debater não só as questões ligadas especificamente ao ensino, mas também as ligadas à política. Isto significa que o eixo de discussões e actuações do movimento estudantil nesse período girava em torno de questões mais amplas e mais abrangentes, deslocando-se do âmbito meramente nacional para estabelecer um diálogo com referências que vinham de outros países.

De acordo com o relato da ex-aluna Helena Ibiapina, uma importante bandeira de luta do ano de 1967 que conseguiu atrair um maior número de simpatizantes foi o não pagamento das taxas na Universidade, cobradas duas vezes ao ano. O valor era pouco significativo, mas a luta pelo ensino gratuito em todos os níveis era uma das grandes reivindicações académicas, junto com uma maior democratização da Universidade e a garantia dos 12% de verba federal para a educação. Além disso, ainda no mesmo ano, em Seminário sobre a Reforma Universitária promovido pela UNE, os estudantes condenavam veementemente a actuação de organismos norte-americanos na orientação do ensino brasileiro rumo à privatização.

Em 28 de Fevereiro de 1967, a Lei 4464/64 seria revogada com o Decreto-Lei n. 288, conhecido no meio universitário como Decreto Aragão, reduzindo ainda mais a já combalida possibilidade de representação estudantil, por extinguir as entidades estudantis em nível nacional e estadual, ficando limitadas apenas ao Directório Académico em cada estabelecimento de ensino superior e ao Directório Central dos Estudantes no âmbito de cada universidade. O Decreto Aragão reflecte o recrudescimento das acções do governo autoritário contra os estudantes e explica, em parte, os rumos de confronto que o movimento tomou no ano seguinte.

1968: um novo golpe no movimento estudantil e o fim da FNFi

O ano de 1968 foi marcado pelo aumento dos confrontos entre os estudantes e a ditadura militar. Diversos episódios marcaram o período: manifestações, confrontos com a polícia, greves e passeatas, dos quais, o assassinato do estudante Édson Luis²⁸ e a Passeata dos Cem Mil²⁹ servem bem para exemplificar os confrontos.

²⁸ A morte do estudante do ensino secundário, causada pela polícia em Março de 1968, durante uma manifestação no Restaurante Central dos Estudantes, no Calabouço, centro do Rio, desencadeou uma enorme onda de protestos, alcançando o apoio de parcelas importantes da população. A frase “Mataram um estudante, podia ser seu filho” correu a cidade e o episódio levou uma multidão às ruas para velar o primeiro cadáver com significativo carácter simbólico da ditadura militar. 50.000 pessoas acompanharam o seu enterro, em frente à Assembléia Legislativa. Até a Igreja Católica, que antes havia apoiado o golpe de 1964, posicionou-se contra a repressão quando, na missa de sétimo dia, no dia 4 de Abril, a polícia cercou a Igreja da Candelária como forma de isolar novas manifestações. Sobre o episódio, consultar Josué Diniz, *O cerco das trevas. Calabouço – 1968* (Rio de Janeiro: Achiamé, 1988).

²⁹ Ocorrida em 26 de Junho de 1968, a manifestação passou à história como uma referência do poder de mobilização dos estudantes e de como o movimento estudantil se tornou um porta-voz da sociedade contra a ditadura.

Em Dezembro, é outorgado o Ato Institucional nº5 (conhecido como o “ai-5”), o mais drástico de todos os actos institucionais que até então tinham sido produzidos. Entre outras medidas, foi decretado o fechamento do Congresso, foram intensificados os decretos de suspensão de direitos políticos e suspendeu-se a garantia do *habeas corpus* nos casos de crimes políticos.

Em Fevereiro de 1969, o Decreto-Lei n.477, também conhecido como o “ai-5 das universidades”, definia infracções disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, acusados de subversão. Os professores atingidos ficavam impossibilitados de trabalhar em outra instituição educacional por cinco anos, ao passo que os estudantes ficavam proibidos de cursarem qualquer universidade por três anos. Com a promulgação do AI-5 e do Decreto-Lei n.477, praticamente cessaram as manifestações no meio estudantil.

Se 1968 foi “o ano que não terminou”, nas palavras do jornalista Zuenir Ventura³⁰, acabou por terminar, naquele ano, a FNFi. Desde 1967, alguns dos cursos já vinham sendo retirados de sua estrutura, dando origem aos diversos institutos hoje existentes na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Embora a discussão sobre a necessidade do desmembramento da FNFi remonte à década de 40, na realidade efectivou-se em 1968. Alguns dos entrevistados acreditam que um dos interesses no desmembramento da Nacional de Filosofia consistia em dismantelar ou enfraquecer o movimento estudantil, já que ela era um dos principais focos de “agitação”, no contexto político do Rio de Janeiro, tanto no início da década de 60, quanto no período compreendido entre 1965 e 1968, em que se intensificaram os confrontos com a ditadura³¹.

A justificativa “oficial” para o encerramento dava conta do crescimento desordenado da Faculdade e de sua estrutura que congregava diversos cursos ter-se tornado obsoleta. Entretanto, não será desprovida de sentido a ideia de que a dificuldade em gerir a Faculdade estivesse menos ligada ao tamanho da instituição do que à dinâmica demasiado democrática e interveniente alcançada por seus estudantes e professores progressistas. Além disso, a extinção da Faculdade e a criação de novos institutos a partir de cada curso (Instituto de Física, Faculdade de Letras, Instituto de Química, etc) coadunavam-se com os preceitos da Reforma Universitária então em curso, em consonância com o modelo norte-americano de ensino superior. Além disso, tornava-se necessário regular a acção estudantil por meio de uma maior disciplina nas instituições universitárias.

Na trajectória do movimento estudantil na FNFi nos anos 60, o ano de 1964 indica a “metade” da década, que terminou apressada e autoritariamente em 1968. Com isso, pode-se estabelecer dois momentos distintos em termos do carácter e da amplitude da actuação estudantil: do início dos anos 60 (sem esquecer que esse processo se iniciara na década anterior) até 1964, em que os estudantes da FNFi tinham uma acção destacada no contexto da época, e de 1964 a 1968, em que a sua acção, mais restrita e cerceada, nem por isso, menos combativa, seria marcada pelo acirrar do confronto entre os estudantes e a ditadura.

³⁰ Zuenir Ventura, 1968: *o ano que não terminou* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988).

³¹ Outros depoimentos concedidos à investigação sobre a FNFi mencionaram a mesma interpretação. Ver Maria de Lourdes de A. Fávero (org.), *Faculdade Nacional de Filosofia. Depoimentos* (Rio de Janeiro: UFRJ/FUJB/CFCH/FE/PROEDES, 1992).

Por outro lado, poder-se-á igualmente dizer que a década de 60 também foi aquela que não terminou. Os ideais de transformação e mudança que nortearam as discussões, as acções e as lutas dos estudantes sofreram um golpe em 1964 e outro, ainda mais drástico, em 1968.

Talvez por isso, os anos 60 do século XX ainda habitem algumas mentes como tempos rebeldes e engajados³². Éramos *contra* quase tudo e *a favor* de um punhado de ideais: justiça, igualdade, liberdade... Ter sido estudante naquele período sugere o usufruto de um privilégio, pois tudo parece ter acontecido: grandes lutas, grandes mobilizações, grandes sonhos... enfim, o cometa de uma geração que marcaria o pensamento e a acção de algumas das gerações de estudantes que vieram a seguir, como a minha, por exemplo, que, em meados dos anos 80, já em pleno processo de redemocratização da sociedade brasileira, ainda buscava na história do movimento estudantil dos anos 60 o seu *mito fundador*.

³² Ver sobretudo Ernest Mandel, *Da Comuna a Maio de 68* (Lisboa: Antídoto, 1979); Olgária Matos, *Paris, 1968, as barricadas do desejo* (São Paulo: Brasiliense, 1984); Herbert R. Lottman, *A rive gauche: escritores, artistas e políticos em Paris 1930-1950* (Rio de Janeiro: Guanabara, 1987) e Márcio Moreira Alves, *68 mudaram o mundo* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993).

